



ATA N.º 12/2023

Aos vinte dias do mês de setembro de 2023, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a primeira reunião da quarta sessão ordinária do ano 2023, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por Joana Raquel da Silva Devesas e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia;
2. Eleição do delegado do ME para participar no XXVI Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses como representante das freguesias do concelho de Espinho, e seu substituto;
3. Pedido de autorização, apresentado pela CME, para afetar os dois imóveis dos antigos quartéis dos bombeiros voluntários à prossecução das atribuições do município em geral e para onerar um desses imóveis com arrendamento para jovens;
4. Pedido de autorização para a celebração de adendas aos Contratos interadministrativos de delegação de competências no âmbito da gestão de praias com as Juntas de Freguesia de Espinho, Silvalde e Paramos;
5. Aprovação da proposta apresentada pela CME no âmbito do procedimento da 3.ª alteração ao Plano Diretor Municipal de Espinho para conformação com o Programa da Orla Costeira - Caminha-Espinho;
6. Estratégia Local de Habitação – Proposta de alteração do acordo de colaboração;
7. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
8. Aprovação de atas de reuniões anteriores;
9. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, José Adolfo Carvalho Rocha, Rui Manuel Martins Fidalgo, Rosa Martins Freitas Duarte, Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro

Paulo Alves Leite, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno António Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Bruno José da Silva Morais e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia de Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Ana Paula Africano de Sousa e Silva por José Manuel Alves Novo, João Humberto Santos Cunha Bastos por Manuel Augusto Gomes Novais, Abel Jorge Correia dos Santos por Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Manuel Cardoso Pereira, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto por Margarida Jorge Moreira Pires e Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende por Fausto Manuel da Silva Neves.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas e os Senhores Vereadores Maria de Lurdes Pontes Rebelo, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João de Oliveira Passos e Helder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, advertindo todos os presentes que seria transmitida em direto e de seguida deu a palavra ao vogal Fausto Neves (CDU) que fez a seguinte declaração política: *"Em janeiro de 2023, aquando do início da chamada operação vortex, que deixou em Espinho um resto de incredibilidade e estupefação, a CDU lembrou e defendeu desde logo a clara divisão entre a discussão política e o inquérito judicial em curso. Para além deste princípio evitamos sempre a publicidade negativa de Espinho conexas a alimentar de especulações e de ambições políticas desajustadas. Para além da posição de contenção e de respeito pela justiça e por Espinho que nos granjeou levianas críticas deste órgão autárquico, a CDU no comunicado redigido em janeiro de 2023, lembrava as décadas de denúncias feitas pela Coligação Democrática Unitária, do domínio do poder económico, nomeadamente dos interesses imobiliários e especulativos sobre o poder autárquico. Foi esta defesa dos poderosos interesses de poucos feitas por camaras eleitas pelos espinhenses do PS e do PSD que levou à expulsão do concelho de tanta população ativa e pior de tanta juventude. Vários censos alertaram Espinho para o seu envelhecimento intenso e rápido. Nos últimos dados, para além do envelhecimento, surge a perda de habitantes em absoluto,*



sempre sem resposta por parte dos diferentes executivos. Esta crítica que sempre fizemos às diferentes Câmaras PS e PSD acerca da subserviência aos interesses imobiliários em desfavor dos interesses da maioria dos espinhenses, enterrando Espinho a pouco e pouco num tumulto de regressão, hipotecando o futuro da cidade e do concelho, contrariando a herança de progresso e de visão pioneira do futuro que os nossos antepassados nos deixaram, foi comprovada, intensificada e indignada pela acusação pública deduzida pelo Ministério Público na operação vortex Espinho que indicia repugnantemente o caldo de cultura criminoso em que os factos e os protagonistas em julgamento circularam. Não podemos deixar de culpar o PS e o PSD pelo lodaçal descrito. Sra. Presidente, Srs. Vogais, a CDU assistiu à alteração do executivo municipal segundo as normas legais previstas que também respeitamos, motivadas pela impossibilidade óbvia do ex-Presidente permanecer nas suas funções, mas também pelo logro que PS e segundo candidato da lista praticaram sobre os espinhenses ao proporem alguém para Vice-presidente da Câmara que sabia não ter quaisquer condições de cumprir aquele importante requisito. Até ao encerramento da assembleia municipal para férias estivais, a CDU acompanhou criticamente o trabalho deste novo executivo, dando algum tempo para conhecimento de terreno e dossiês pela equipa PS que recebeu a pesada e inesperada herança, fazendo propostas para a resolução de vários problemas, lembrando a premência dos mais graves estruturais e conjunturais. Volvidos 9 meses, o balanço que agora fazemos desta Câmara e desta equipa é profundamente negativo. Não dá resposta aos graves problemas existentes. Paralisou por completo a vida dos espinhenses em vários domínios, como sejam, águas e saneamento, obras e urbanismo. Não tem competência para aceitar as venenosas transferências do poder central, a educação tem orçamentos sistematicamente mal feitos, sem uma comissão de acompanhamento digna desse nome, piorando e atrapalhando a já difícil vida das escolas que mereciam muito melhor, pois são atualmente o único polo de atração de Espinho. A abertura deste ano letivo foi um desastre embaraçoso para todas as partes. Também na área social, tal transferência de competências vem-se revelando desastrosa. A par do exíguo pacote financeiro, assistimos a uma incompetente gestão dos recursos na base da caridade, da esmola que humilha quem recebe e não dignifica quem dá. A transferência de competências na saúde foi feita às escondidas deste órgão, soubemos dela pela Diretora do ACES em encontro a nosso pedido. As perdas de Espinho neste setor são inaceitáveis e incompreensivas perante a inoperância e o silêncio da Câmara. A Presidente da Câmara, para além dos rios de dinheiro gastos nas festas das Sra. D'

Ajuda, vem trilhando, desde o dia da Cidade, um caminho de eleitoralismo pouco digno entre aparições em coletividades e fatos de rancho folclórico. A resposta de que as crianças com necessidades especiais estão bem porque a Sra. Presidente as viu sorrir na rua após o encerramento da unidade escolar a elas dedicada, raia os limites da insensibilidade e da leviandade. Depois de tudo o que se passou com os anteriores executivos e o que ainda está a ser investigado a nível da promiscuidade com os grandes interesses imobiliários, esta Câmara completamente paralisada e sem qualquer tipo de resposta aos problemas de Espinho, vem finalmente apresentar uma proposta nesta Assembleia que visa, pasme-se, a libertação dos apetitosos terrenos das antigas sedes dos bombeiros cujo destino fora há muito traçado e bem por esta assembleia. A CDU de maneira clara e objetiva, como é seu timbre, vem declarar que não vê condições para que esta Câmara dê resposta aos exigentes desafios de Espinho. A CDU exorta a Câmara a fazer uma análise honesta e consciente, quer do trabalho efetuado, quer das competências de toda a sua equipa e tirar e assumir as devidas consequências políticas.”

Presidente da AME tomou a palavra e disse que, embora tivesse permitido que o vogal da CDU terminasse a exposição, o Regimento não previa nenhuma tomada de intervenção política no início da Assembleia, sendo que não voltaria a permitir situação idêntica, acrescentando que a apreciação política ao trabalho do executivo tinha de ser feita aquando da apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal.

De seguida, entrou-se no PAOD com dois documentos da CDU, tendo o vogal Fausto Neves apresentado o primeiro:

"Moção Medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco, e assegurar o Direito à Habitação: Os problemas da habitação assumem uma dimensão a exigir medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa de habitação de promoção pública. Medidas que precisam de enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhar de famílias. Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do sector. Estas medidas não estão no chamado pacote "Mais Habitação". Este, tal como anteriores programas do



Governo, não assegura nem o forte investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional. Sem prejuízo do papel que o Poder Local e, em particular, os municípios são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assumpção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem, designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento, que se mantém ausente ano após ano. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 20 de Setembro de 2023, delibera: a) Reclamar a adopção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportem com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital; b) Exigir do Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano), fixando-o em 0.43% em vez dos cerca de 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como, o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos; c) Exigir do Governo as acções necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes; d) Apelar à participação da população nas acções convocadas para o próximo dia 30 de setembro em defesa do direito à Habitação.”

Intervenções

Teixeira Lopes (PS) disse que o critério e a política de habitação do PS era diferente do proposto naquele documento, mas que tinham um objetivo semelhante, que era o de tentar corrigir as deformações que existiam na legislação e nas taxas de juros. Sobre a alínea a) da parte deliberativa da moção, disse que o Primeiro-ministro tinha hoje referido algumas medidas, que eram diferentes das propostas pela CDU, sendo opções de carácter político-partidário. Sobre a alínea b) da mesma, disse que estavam de acordo, mas que era preciso saber se, sob o ponto de vista financeiro e fiscal, o

governo tinha condições para ir tão longe e que, não ter em conta propostas como aquelas, não significava que não tentasse propor uma política de habitação e de redução das rendas.

Paulo Leite (PSD) disse que o problema da habitação não começou agora e, de acordo com dados da Pordata, entre 2000 e 2002 construíram-se em média 120 mil novas habitações por ano. Quando da crise financeira, houve um decréscimo daquele número e, a partir de 2015, as políticas do governo PS com a CDU e o BE resultaram num decréscimo ainda maior, sendo que havendo menos oferta e aumentando a procura, ficava complicado. Que durante 8 anos, o governo nada fez para tratar o problema, sendo que a população estava a sofrer pelas políticas dos partidos de esquerda no governo desde 2015. Que as taxas de juro tinham a ver com certas políticas que, ao longo do tempo, não foram as mais adequadas, sendo que o remédio para a inflação era a subida das taxas de juro, que, embora correto, estava, naquele momento, a ser exagerado, penalizando as pessoas. Que as medidas do pacote Mais Habitação não estavam a ser suficientes, sendo que o PSD apresentou um pacote de medidas que não estavam a ser discutidas. Que o governo se estava a desresponsabilizar ao trazer a participação do poder local, e que as Câmaras Municipais, para além da sua gestão, tinham de suportar o que era da responsabilidade do governo, não sendo fácil proporcionar o apoio necessário. Disse que estavam de acordo com a alínea a) da parte deliberativa da moção da CDU e que, na verdade, o Estado nunca arrecadou tantos impostos fruto da inflação, pelo que estava na hora de auxiliar. Quanto à alínea b), as rendas, tanto os inquilinos como os senhorios estavam a sofrer com a inflação e que não era correto penalizar os senhorios sem os apoiarem, pelo que não concordavam com a fixação de um limite ao aumento das rendas em 0,43%. Que nada tinham a opor ao conteúdo das alíneas c) e d).

Fausto Neves (CDU) disse que o PCP, no governo, teve um acordo de pontos parlamentares com o PS para tirar o PSD e o CDS do poder, porque se o PS deixou o país de tanga, o PSD deixou os portugueses de tanga. Disse que há mais de 10 anos que não havia investimento na habitação pública. Sobre os 0.43% disse que foi um valor aplicado em 2022 e que achavam que a situação atual do país era muito semelhante ou ainda pior, referindo ainda que era evidente que os senhorios não



podiam ser prejudicados, fazendo notar que a banca estava a ganhar 6 M€ por dia, onde se podia ir buscar algum dinheiro para compensar.

Rui Fidalgo (PS) referiu que em Espinho, deviam lembrar-se de como estava o custo da habitação, das rendas, quando o PSD esteve na Câmara.

Teixeira Lopes (PS) protestou devido àquela ideia tenebrosa do que aconteceu depois do PSD ser derrotado com a conjugação de esforços da "geringonça" que governou Portugal durante 4 anos, levando ao isolamento do PSD que não conseguia entender que, sendo eles tão bons e tendo realizado uma política extraordinária, não conseguiram obter maiorias absolutas. Que o governo da geringonça foi do PS, na base de acordos pontuais em sede parlamentar com o BE e a CDU, sendo que era um acerto político e a vontade de corrigir as anomalias, erros e esquecimentos do governo PSD.

Paulo Leite (PSD) disse que o PSD não percebia como se conseguia perder eleições e constituir governo e que embora o PCP ficasse do lado de fora a impor o que pretendia, não deixava de ter responsabilidades sobre o que aconteceu quanto às políticas de esquerda implementadas pelo PS com o seu apoio e do BE. Disse que o estado atual da habitação era da responsabilidade do PS. Que o PSD não deixou os portugueses de tanga porque recuperou o país, tirando-o da banca rota deixada pelo PS, sendo que o PS apoiado pelo PCP e BE, tirou bom partido disso. Que, de facto, durante os últimos 10 anos, não houve investimento na habitação pública. Disse que tinham dificuldade em votar a proposta para 0.43%, se naquela alínea não estivesse indicada uma compensação aos senhorios.

Presidente da AME perguntou ao vogal da CDU se aceitava a proposta do vogal do PSD, promovendo uma alteração ao documento, tendo o mesmo respondido negativamente porque era um documento técnico que não elaborou sozinho.

Votação: aprovado com 9 votos a favor e 9 abstenções.

Declaração de voto:

Paulo Leite (PSD): *"O PSD absteve-se nesta votação, não por discordar das medidas que pretendam apoiar as pessoas neste momento difícil, mas porque, e compreendemos a dificuldade do Sr. Vogal relativamente a alterar o documento,*

percebendo-se que era um documento vindo de Lisboa, não podiam beneficiar inquilinos e prejudicar senhorios, tinha de haver uma situação equilibrada porque todos neste momento precisam e essa situação não estava prevista”

Fausto Neves (CDU): "Moção-Saudação 50º aniversário do 25 de Abril de 1974: Aprestamo-nos a celebrar em 2024 os cinquenta anos da Revolução dos Cravos, acontecida em 25 de Abril de 1974. A Democracia aberta por Abril – após uma luta porfiada e heróica durante os 48 anos de fascismo; despoletada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA); e municada pelo Povo, que veio para a rua a 25 de Abril de 74 desobedecendo às ordens emitidas, e que obrigou o poder democrático de então a sustentar legislativamente a posteriori as suas conquistas no terreno – teve como uma das pedras de toque o Poder Local Democrático. Este não se poderá esquecer desta efeméride áurea da Revolução que nos trouxe a Liberdade e a Democracia, o salário mínimo, as férias pagas, a segurança social, a dignidade do ser humano, o respeito pela Mulher e a sua Emancipação, a liberdade de expressão e de opinião, o SNS e os espetaculares avanços na Saúde dos portugueses, a Educação pública de qualidade, entre outros. Que acabou com a Guerra Colonial e deu o direito à autodeterminação às ex-colónias. O 25 de Abril acabou com a Polícia Política, libertou os presos políticos, terminou com a Censura, chorou e dignificou finalmente os mártires da Liberdade. Espinho conhece pelo menos três: o médico António Carlos Ferreira Soares, o estudante João Martins Branco e o escritor Soeiro Pereira Gomes. Muitos e muitos outros espinhenses foram incomodados, interrogados, presos e torturados pelo regime fascista português. Há que celebrar Abril, há que contar Abril e a luta que o precedeu a montante, há que defender Abril. O Partido Comunista Português põe todo o seu património e experiência à disposição das diversas programações comemorativas unitárias que se possam vir a realizar. A Assembleia Municipal de Espinho, na sua sessão de 20 de setembro de 2023, vem - lembrar e saudar a próxima celebração do Quinquagésimo Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, - prevenir para a sua atempada e popular programação, que deverá revestir a qualidade, a abrangência e a diversidade que a data inspira, - lembrar ainda nessa programação as vertentes pedagógica e cultural, abertas e municadas por Abril, - relevar ainda, como público-alvo imprescindível, as gerações mais novas; e como palco de acção muito importante, as escolas.”



Teixeira Lopes (PS) disse que o PS subscrevia a moção na íntegra, dado que, naquela época, só o facto de se estar numa assembleia a discutir política carecia de licença do Governo Civil com o comandante da Polícia a identificar os participantes, sendo que se alguém dissesse algo negativo contra o Estado Novo seria preso no final. Que muitos já se tinham esquecido da Guerra Colonial, da emigração dos portugueses por viverem na miséria. Que, no 25 de Abril e no 1º de Maio, a população veio para a rua apoiar a liberdade extensiva a tudo e a todos. Que festejar o 25 de Abril utilizando aquelas intenções e propostas da CDU merecia o acordo do PS.

Paulo Leite (PSD) disse que o PSD reconhecia todas as vantagens trazidas pelo 25 de Abril, fazendo notar que o documento parecia fazer crer que apenas a CDU celebrava a revolução, mas, que, de facto, abrangeu toda a população independentemente do partido que viessem a escolher. Que depois de quase 50 anos, ainda tinham um grande caminho para solidificar a democracia, sendo que tinham uma Câmara Municipal que não parecia ter a noção do que era democracia, quando sonegava documentos aos vereadores do município ou quando passava informações, como a auditoria ao estádio municipal, para a comunicação social sem darem conhecimento aos vereadores ou à Assembleia Municipal, ou quando decidia não atribuir senhas de presença aos vereadores por se recusarem a compactuar com situações que consideravam desadequadas. Que aquela democracia, que queriam celebrar, tinha de ser praticada e respeitada também no município. Que não havia ditaduras, nem poderes absolutos.

Teixeira Lopes (PS) protestou, referindo que era imperdoável e inaceitável trazer para a Assembleia aquela desconfiança, aquela suspeição de existir ditadura, perguntando-lhe se sabia o que era ditadura.

Fausto Neves (CDU) fez notar que o documento apresentado não referia nada sobre ter sido o PSC ou a CDU a fazer o 25 de abril, apenas dava a sua visão sobre o que foi, lembrando que o PCP foi o único partido que se manteve no ativo, resistindo na clandestinidade, durante os 48 anos de fascismo. Que a qualidade de vida que cada português passou a ter depois do 25 de abril deveu-se ao general Vasco Gonçalves.

Paulo Leite (PSD) sobre a democracia no município, disse que, não se tratava de desconfianças, fazendo notar que nenhum vogal do PSD tinha recebido a auditoria ao estádio municipal já publicada nos jornais. Que era preciso que as pessoas que

estavam no poder ou na oposição conseguissem regerem-se por aquelas regras e no caso de eventualmente errarem serem capazes de fazerem a correção para que a democracia continuasse a crescer e ser cada vez melhor.

Votação: aprovada por unanimidade

Terminados os pontos de Antes da Ordem do Dia, entrou-se na Ordem do Dia com o ponto 2. Eleição do delegado do ME para participar no XXVI Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses como representante das freguesias do concelho de Espinho, e seu substituto.

Presidente da AM disse que os Presidentes das Juntas de Freguesia fizeram chegar à mesa a indicação de que o delegado efetivo seria o Presidente da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim e o seu substituto o Presidente da Junta de Freguesia de Espinho

Feita a votação por escrutínio secreto, a lista apresentada foi aprovada com 23 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção

Ponto 3. Pedido de autorização, apresentado pela CME, para afetar os dois imóveis dos antigos quartéis dos bombeiros voluntários à prossecução das atribuições do município em geral e para onerar um desses imóveis com arrendamento para jovens

Tomou a palavra a Presidente da Câmara para referir que, no quartel de Bombeiros situado ao lado da igreja, pretendiam fazer apartamentos para alugar a jovens com rendas condicionadas e por períodos limitados, e que, no outro quartel, situado junto da Caixa Geral de Depósitos, pretendiam, na parte da garagem, fazer um Museu dos Bombeiros e utilizar o restante edifício para os serviços municipais

Presidente da AM disse que na escritura de permuta realizada entre os bombeiros e o município foi dada a indicação que os imóveis teriam um determinado fim e não podiam ser onerados, sendo que a Câmara vinha solicitar que fosse autorizada a possibilidade de oneração.

Bruno Morais (BE) disse que em 2017, deliberou-se, na Assembleia Municipal, que aqueles imóveis seriam destinados à memória e imagem das extintas Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Espinho e Espinhenses, mantendo a sua



utilização ao serviço dos bombeiros e da proteção civil e segurança do município, ficando vedada a sua alienação ou oneração, sendo que agora estavam a pedir para revogar o aprovado pela Assembleia há 6 anos. Que os dois edifícios tinham de preservar a memória das duas associações, o que não aconteceria se fosse criado um museu apenas num dos quarteis, ficando a associação mais antiga mal representada. Que, embora não lhe desagradasse a proposta de requalificação de um dos edifícios para arrendamento à jovens, perguntou para quais, e fez notar que dois quarteis que tinham a mesma finalidade agora tinham destino diferente, sendo que podiam ambos serem requalificados para habitação, mantendo-se os pisos inferiores para o serviço municipal e para um núcleo museológico representativo de cada associação humanitária.

Fausto Neves (CDU) referiu que o deliberado há seis anos, era que um edifício ficava para núcleo museológico e outro para a proteção civil e de emergência. Fez notar que se estava a pedir que a Assembleia Municipal renegasse a decisão anteriormente tomada. Lembrou o artigo 3º - Princípio de Independência – do Regimento da Assembleia e perguntou o que existia na Lei para se mudar a decisão anteriormente tomada. Considerava ilegal mudar o que já se tinha decidido anteriormente até porque o ponto 2 do deliberado em 5/12/2017 tinha sido transcrito para o contrato assinado em escritura.

Paulo Leite (PSD) lembrou que, há 6 anos, foram os vogais do PS a exigir que aqueles requisitos ficassem na deliberação, sendo que foram aceites pelos vogais do PSD por não haver qualquer outra intenção senão cumprir com o prometido aos bombeiros e à população, fazendo notar que era surpreendente como se mudava de opinião tão facilmente, sendo que muitos vogais daquela época estavam hoje na Assembleia. Que era positivo que o PS na Câmara Municipal quisesse ajudar no problema da habitação, coisa que o governo PS não conseguia, mas que concluíu que era uma medida avulsa que não surgia de uma estratégia sobre a forma como se devia atuar. Que se colocava a questão da legalidade e perguntou que PS era aquele que mudava de ideias daquela forma, dando o dito por não dito. Perguntou se tinham ouvido a população sobre aquela questão.

Presidente da AM disse que a proposta de inclusão da proibição das onerações foi feita pelo vogal Jorge Carvalho da CDU e não pelos vogais do PS como referiu o vogal Paulo Leite, conforme se podia verificar na ata da respetiva reunião.

Fausto Neves (CDU) protestou, referindo que de facto a proposta partiu da CDU, tendo sido votada pelo PS, lembrando que, se por um lado se tinha de respeitar a manutenção da memória e da história das corporações dos bombeiros, por outro já havia uma apetência imobiliário pelos locais. Disse que, se houvesse votação daquela proposta, que considerava ilegal, a CDU pediria votação nominal.

Nuno Almendra (PSD) perguntou se consideravam que a tipologia constante no documento, 20 fogos T0, T1 e T2, era a mais correta para famílias que se queriam constituir e aumentar; quais eram os critérios de inclusão naquele projeto; previsão do investimento na execução dos projetos; previsão dos custos de manutenção dos edifícios.

Paulo Leite (PSD) fez notar que, de facto, a proposta foi apresentada pelo vogal Jorge Carvalho, mas após ter reunido com o PS e o BE.

Presidente AM disse que a ata era pública e continha as declarações dos vogais e as respetivas votações. De seguida passou a palavra à Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse necessários

Presidente CME disse que a tipologia era T0, T1 e T2, com um total aproximado de 20 fogos, visando o arrendamento por um período de tempo a estipular em regulamento. Que a construção não era no âmbito do primeiro direito, mas no âmbito do PRR, não contribuindo para o endividamento do município, sendo sustentável pelas rendas. Que estava em fase final um estudo para 3 blocos habitacionais destinados também a arrendamento para famílias jovens.

Presidente da AME fez notar que a Mesa da Assembleia entendia que não havia ilegalidade na votação do ponto em apreciação porque competia à Assembleia deliberar sobre as autorizações para onerar imóveis, competindo depois à Câmara Municipal junto das entidades competentes corrigir o contrato.

Fausto Neves (CDU) disse que a CDU achava que, pelo facto do texto constar na escritura de contrato, a alteração era ilegal, pelo que a CDU pedia uma votação nominal.

A votação foi então realizada de forma nominal, tendo a deliberação sido tomada por maioria com 14 votos a favor e 11 votos contra. Os vogais votaram da seguinte



forma: **Votos contra:** BE Bruno José da Silva Morais; CDU Fausto Neves; PSD Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Margarida Jorge Moreira Pires, Beatriz Manso Preto Loureiro, Graça Pereira, António Manuel Pinto de Oliveira, Manuel Cardoso Pereira e Nuno António Almendra Monteiro Martins. **Votos a favor:** PS Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho, António José Nunes Teixeira Lopes, José Manuel Alves Novo, Rosa Martins Freitas Duarte, Rui Manuel Martins Fidalgo, José Adolfo Carvalho Rocha, Manuel Augusto Gomes Novais, Presidente de Junta de Freguesia de União de Freguesias de Anta e Guetim Nuno Pinto de Almeida, Presidente de Junta de Freguesia de Espinho Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, Presidente de Junta de Freguesia de Paramos Manuel de Oliveira Dias e Presidente de Junta de Freguesia de Silvalde, José Carlos da Silva Teixeira; Mesa da Assembleia Municipal Guilhermino Pedro de Sousa Pereira, Isabel Maria Pinhal Resende e Joana Raquel da Silva Devezas.

Os vogais Bruno Morais (BE), Fausto Neves (CDU), Teixeira Lopes (PS), Joana Devezas (PS), Guilhermino Pereira (PS), Isabel Resende (PS), Alexandra Bastos (PSD), Margarida Pires (PSD) Beatriz Manso Preto (PSD) Graça Pereira (PSD), António Oliveira (PSD), Manuel Pereira (PSD) e o Presidente da Junta de Freguesia de Espinho, Vasco Ribeiro, protestaram apresentar declaração de voto por escrito, tendo os vogais Paulo Leite (PSD), Fausto Neves (CDU), Rui Fidalgo (PS) e os Presidentes de Junta de Freguesia de Anta e Guetim, Nuno Almeida, de Paramos, Manuel Dias e de Silvalde, José Teixeira, feito declarações de voto orais que a seguir se transcrevem:

Paulo Leite (PSD) “na perspetiva do PSD votamos contra porque entendemos que a proposta do executivo está mal fundamentada e construída, sendo que ainda agora ouvimos que tinham de fazer o regulamento e estudar as circunstâncias em que vai ser feita a distribuição das habitações, e porque temos a consciência de que podemos estar a ferir a legalidade e era importante que se perceba a responsabilidade de cada um em votar favoravelmente. A proposta não é clara, não é a mais adequada para cada um dos edifícios e desvirtua as intenções da assembleia de 5/12/2017, não promover negócio, pelo que só podemos votar contra e não porque não sejam favoráveis a políticas que permitam aumentar a oferta de habitação a preços que permitam aos jovens habitar em Espinho, mas porque está mal fundamentada e assente numa decisão que em 2017 foi tomada pelo próprio PS por proposta do Dr.

Jorge Carvalho, depois de ter reunido com o PS e com o BE e agora estão a inverter a intenção de voto que deram nessa altura”.

Fausto Neves (CDU) “A CDU votou contra e vê ilegalidade nesta proposta. A CDU vai recorrer aos meios legais para reverter esta votação”.

Presidente JF Anta e Guetim: “votei a favor porque entendo que há uma carência de habitacional no concelho de Espinho e esta pode ser uma alteração ao panorama que encontramos no nosso concelho e porque se a alteração ao contrato for feita dentro da Lei, não há ilegalidade nenhuma. Quero registar que se os membros do PS votam de forma diferente também os do PSD votam diferente porque na altura eram a favor e hoje estão contra

Presidente JF Paramos “votei a favor desta proposta conscientemente, na certeza, ou pelo menos, na racionalidade de que a Câmara terá analisado todas essas possíveis ilegalidades porque senão não seria correto por parte do executivo trazer um documento ferido de ilegalidades. Naturalmente que esse resultado da votação e posição da CDU a Câmara iria reforçar esse parecer da legalidade e que o regulamento viesse cá depois desta votação. Estamos a dizer à Câmara sim avancem, mas queremos ver o regulamento, a forma como depois irão ser atribuídos esse fogos. Também não me choca esta questão da revogação, esta Assembleia nos últimos anos já revogou algumas situações, como por exemplo os terrenos do SCE, e que as revogações eram legítimas nas melhorias das condições da nossa população, parecendo-lhe que neste caso concreto a revogação faz algum sentido. Esperarei pelo regulamento e votarei ou não quando cá vier.”

Presidente JF Silvalde “como presidente de junta de freguesia só posso votar a favor desta solução e desta decisão porque promove a habitação, a solução para casais jovens, todas as dificuldades e todo o negativismo neste momento atual que falamos de propostas de habitação, de rendas, de temáticas que vão ao bolso de todos e que fazem com que todos os portugueses, nomeadamente os jovens tenham dificuldades em sair de casa, pelo que não podiam ter dois pesos e duas medidas. Quanto temos a possibilidade de poder fazer alguma coisa, alguns têm medo da legalidade. Não é a primeira vez que esta assembleia reverte as suas próprias decisões mas, se os pressupostos legais não estiverem cumpridos, votarei contra o regulamento.”



Rui Fidalgo (PS) "Naturalmente votei a favor e votaria 500 vezes a favor e espanto-me com o vogal do BE. Relembro que quando votamos a cedência do espaço da escola Espinho 3 para a Academia de Música, o BE perguntou quanto aquilo valeria e quanto rendaria para arrendamento. Não vejo qual é a diferença em a Escola estar cedida a uma entidade que tem o valor e a responsabilidade que tem e o quartel dos bombeiros não poder ser alienado para habitação jovem, para ser um museu. Pergunto como Espinhense e como pai qual é a prioridade do BE."

Bruno Morais (BE) pediu para fazer uma defesa da honra, tendo a Presidente da Mesa referido que, nas declarações de voto, não havia essa figura e lembrou que as declarações de voto serviam para justificar a intenção de voto demonstrada, tendo então o vogal do BE se ausentado da sala.

Paulo Leite (PSD) pediu um ponto de ordem à Mesa e disse que queria reforçar o referido pela Presidente da Mesa, sendo que uma declaração de voto não se destinava a fazer intervenção.

Foram recebidas, por escrito, as declarações de voto abaixo transcritas dos vogais do BE, do PS e do Presidente da JF de Espinho, sendo que os restantes membros da AM, acima referidos, não procederam à sua apresentação, conforme tinham anunciado verbalmente na reunião.

Bruno Morais (BE) "Há menos de 6 anos (em 05 de dezembro de 2017), a assembleia municipal inseriu uma alínea na deliberação (por proposta da CDU apoiada pelo PS e BE) na qual consta que "Os imóveis recebidos pelo Município, devem ser destinados à memória e homenagem das extintas Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Espinho (Espinho e Espinhenses), mantendo a sua utilização ao serviço dos bombeiros e de proteção civil e segurança do município, ficando vedada a sua alienação ou oneração". Defendemos que deve ser respeitada a decisão votada na Assembleia Municipal em 2017, dado que a proposta do executivo não garante que nos dois edifícios se preserve a memória das duas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários Espinho e Espinhenses. Seria expectável e aceitável que ambos os edifícios fossem reconvertidos para a mesma função de cariz social, respeitando a grande vocação de socorro, salvamento e apoio social que as duas Associações Humanitárias de Bombeiros tiveram para com os espinhenses. Aceitávamos que os dois edifícios fossem convertidos para habitação em regime de aluguer, com serviços

municipais no piso 0 e um espaço para memória da respetiva associação humanitária de bombeiros (pequeno núcleo museológico) em cada um deles. Acresce que a transcrição do parágrafo da alínea mencionada da AM de 2017 está incompleto omitindo uma frase do mesmo, que é uma incorreção grave. Votamos contra a proposta.”

Guilhermino Pereira (PS) “Votei a favor, acreditando que a proposta da Câmara Municipal de Espinho, está dentro da lei, caso contrário, vou rever a minha posição aquando da apresentação do regulamento sobre o mesmo assunto”

Vasco Ribeiro (Presidente JF Espinho) “Votei a favor, embora não concorde com todo o documento. Vejo mais vantagens no mesmo do que desvantagens. Espero que o regulamento venha a esta Assembleia com a maior brevidade possível, para que os jovens interessados possam tomar conhecimento das regras e discuti-las.”

A reunião prosseguiu, tendo a Presidente da AM referido que, em reunião da Comissão Permanente, ontem realizada, ficou decidido retirar o ponto 4 da Ordem de Trabalhos, tendo em conta que era, nesta data, extemporâneo e também por motivo do contrato não ter sido celebrado, passando-se à apreciação do ponto seguinte: Aprovação da proposta apresentada pela CME no âmbito do procedimento da 3.ª alteração ao Plano Diretor Municipal de Espinho para conformação com o Programa da Orla Costeira - Caminha-Espinho.

Tomou a palavra a Presidente da Câmara Municipal que disse ter havido uma nova alteração ao PDM de Espinho que esteve em discussão pública, a qual tinha a ver com o POC que previa um regime de exceção na frente urbana consolidada, sendo que o PDM tinha de absorver aquela exceção. Sobre aquela proposta final, disse ter sido feita uma análise previa pela CCDR Norte e pela APA, tendo-se obtido parecer favorável de ambas as entidades. Disse que estava presente a Diretora do Departamento Municipal para questões técnicas. Que, com aquela alteração, tornava-se possível fazer-se obras nos edifícios das Ruas 2 e 4.

Fausto Neves (CDU) disse que, na discussão pública, aberta a todo o concelho, houve apenas 3 intervenções, sendo que duas estavam complementemente fora do âmbito e uma terceira fácil de resolver, sendo que aquela participação popular devia deixá-los a



refletir. Disse que as questões técnicas lhes pareciam ajustadas, ficando sempre a questão do que lá se iria fazer e de que forma.

Alexandra Bastos (PSD) disse que era uma questão com bastantes repercussões no urbanismo, na vida da cidade, pelo que teria gostado que a Sra. Presidente tivesse feito uma abordagem maior do assunto. Lembrou que, há pouco mais de ano e meio, o ex-presidente da Câmara fez uma reunião sobre o problema do urbanismo para a cidade onde abordou a questão e na possibilidade do programa da orla marítima vir a limitar a construção entre as ruas 2 e 4. Disse que tinha a noção de que o POC se sobrepunha numa hierarquia de legislação ao PDM e não percebia como se inverteu o PDM para dar lugar a construções novas, pelo que solicitou que os processos fossem melhor explicados.

Presidente da Câmara deu a palavra à técnica do município que disse que estava correta a hierarquia referida sobre o PDM. Que o POC tinha uma norma específica, a 31 A, onde se previa o regime de exceção para a frente urbana consolidada da cidade de Espinho. Que a 2ª alteração conformou o PDM com o POC e que a 3ª alteração, decorrente do parecer da CCDR e da APA, vertia no regulamento do PDM, as normas do POC que permitiam construir dentro daquela exceção prevista na lei.

Paulo Leite (PSD) disse que o POC tinha sido revisto pelo governo socialista, trazendo algumas questões preocupantes para Espinho e que naquela altura, era eleito na Assembleia de Freguesia de Paramos, tendo participado muito nas questões de proteger a população da praia de Paramos. Que nunca estiveram de acordo com aquele novo POC. Que percebiam que, em termos legais, tinha de ser assim, agradecendo as explicações técnicas, mas, naquele órgão, considerava que a principal questão a ser colocada era a política. Que poderia haver duas formas de combater a erosão costeira e as razões para ela acontecer, uma delas, defendida pelo PSD, era uma estratégia de proteção de toda a costa portuguesa, não protegendo uma em detrimento de outras, e outra que agora se propunha, ou seja, de fuga, retirando-se as populações e impedindo-se de construir. Lembrou a zona do calçadão junto à piscina onde em tempos, já lá esteve o mar, tendo-se feito a defesa da costa, o que levou à recuperação da praia. Que o POC atual propunha não defender, deixando que o mar ocupasse o espaço, o que consideravam errado. Deu o exemplo dos Países Baixos que sempre lutaram para defender a sua costa. Referiu também a zona da capela da praia de Paramos que, se não tivesse sido protegida, já não existiria. Que

estavam em completo desacordo com a estratégia que o PS tinha quanto à defesa da costa, que podia fazer com que se perdesse muito território, habitacional, turístico e de lazer, e se prejudicasse muitas populações que viviam junto ao mar, obrigando-os a deslocarem-se para locais que não queriam. Gostava de saber qual era a opinião do PS de Espinho sobre aquele POC, sobre a política de fuga e de não defesa dos interesses do concelho, dos habitantes e da costa.

Fausto Neves (CDU) disse que o primeiro POC tinha já uma linha bastante estranha, ou seja tinha a ver com a linha da costa mas também com os investimentos. Disse que Portugal teve um dos grandes sistemas de proteção da costa efetuada com arborização que exportou para as antigas colónias, para França e para Espanha, sendo que o lóbi da pedra tomou conta da defesa. Disse que tinham de fazer a defesa de Espinho, assumir que o calçadão era um crime ambiental, mas necessário. Disse que a prudência daquela proposta lhes parecia correta.

Alexandra Bastos (PSD) perguntou se seria permitida construção nova nas ruas 2 e 4 nos limites impostos pela Lei.

Manuel Dias (Presidente JF Paramos) disse que as alterações abrangiam a freguesia de Espinho. Disse que era uma discussão pertinente mas que tinha de ser séria e que, no caso da dominialidade, havia discursos feitos que não correspondiam à verdade, nomeadamente do vogal do PSD. Disse que a questão da dominialidade, do PDM, do POC foi muito discutida. Que concordava sim que era preciso defender a costa, mas que foi presidente daquela Câmara Municipal o Dr. Pinto Moreira que, com técnicos do ministério do ambiente, da APA, defendeu sempre a dominialidade quando da discussão do POC, mas, e ressalvando que não era uma crítica, não conseguiu porque muitas vezes os poderes esbarravam nos técnicos e nos políticos que tinham opiniões diferentes. Que o ex-presidente Miguel Reis veio depois a conseguir iniciar uma conversação de forma diferente. Que a atual Presidente prosseguiu os contactos, tendo chegado a boas conclusões. Pediu para deixarem as intervenções políticas porque os autarcas tinham de ser práticos nas suas atitudes e intervenções. Sabia que estavam num órgão político, mas tinham de ser racionais, não podiam vir ali iludir as pessoas, sendo que o poder local era trabalho, objetivos. Referiu que no caso concreto do POC, com uma edificação diferente nas ruas 2 e 4, em conjunto com uma defesa da costa em Espinho mas também em Silvalde e Paramos tinha de ser trabalho a



desenvolver pelos autarcas e, embora dessem as suas opiniões, tinham de estar de mãos dadas.

Presidente da Câmara disse que, nas conversações com a APA, uma das quais incidiu sobre a reposição do murete em Silvalde, foi informada que haveria, brevemente, uma intervenção no reforço dos esporões junto a Silvalde e Paramos.

Paulo Leite (PSD) referiu que o Presidente da JF Paramos falou e falava muitas vezes em seriedade, mas que ele não era o arauto da seriedade, e que se ele apontasse o dedo à sua pessoa, ou a outra qualquer, não se esquecesse que tinha quatro apontados para ele. Que não voltasse a afalar em seriedade porque não era mais sério do que ele. Disse que o PSD sempre defendeu a freguesia de Paramos porque era o correto e que aquela estratégia para a defesa da costa portuguesa não era a que o PSD estava a seguir. Disse que, quer gostassem ou não de intervenções políticas, elas iriam continuar para o bem do concelho. Que votariam contra, mas não pelas questões técnicas, dado que a Câmara não poderia fazer de outra forma.

Tomou a palavra o vereador Luís Canelas que referiu que aquele POC tinha ido a discussão pública no ano passado e julgava que os contributos hoje dados tivessem também sido dados naquela discussão pública

Votação: aprovado, por maioria, com 15 votos a favor e 9 votos contra, com a presença de 24 membros.

Declaração de voto oral:

Paulo Leite (PSD) *"o nosso voto contra não é contra a questão da alteração legislativa, é um voto contra político contra a questão de não sermos a favor do POC"*

Foi recebida, por escrito, a seguinte declaração de voto:

Vasco Ribeiro (Presidente JF Espinho) *"Votei a favor tendo em conta os benefícios das pessoas que residem na frente mar da Freguesia de Espinho têm ao poder fazer obras de melhoramento nas suas habitações. Embora pense que as regras urbanísticas devam ser do conhecimento dos interessados com a maior brevidade possível."*

A Presidente da AM deu a reunião por encerrada, e informou que a sua continuação seria marcada e comunicada aos membros da Assembleia oportunamente. As

deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
